



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Março/2025 #50



Universidade
de Fortaleza



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Março/2025 #50

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador do Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 50ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Sylvana Pinheiro Holanda, egresso do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, intitulado **“Hidrogênio Verde: Oportunidades Sustentáveis Para o Estado do Ceará”**. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2025-2026; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2025 e 2026 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

HIDROGÊNIO VERDE: OPORTUNIDADES SUSTENTÁVEIS PARA O ESTADO DO CEARÁ

Sylvana Pinheiro Holanda ¹

O hidrogênio verde, compreendido como uma fonte de energia renovável, limpa e não geradora dos gases de efeito estufa (GEE) é o grande destaque em termos de estrutura estratégica para o desenvolvimento econômico mundial e local, do nosso Estado do Ceará. A qualidade do clima no planeta em muito depende do entendimento e usos corretos das fontes de energias renováveis para conter o aquecimento global, sendo fundamental para a sobrevivência dos seres humanos.

Em sendo um país tropical e detentor de fecundos recursos naturais - água, sol, vento, chuva, marés e fontes geotérmicas, como as de Poços de Caldas, em Minas Gerais, e as de Caldas Novas, em Goiânia - o Brasil atrai o manifesto interesse da comunidade internacional, sendo um importante player em matéria de matriz energética sustentável. Trata-se de um país naturalmente rico e beneficiado por um conjunto variado de fontes de energia usadas para suprir suas necessidades regionais. O Estado do Ceará, situado no Nordeste brasileiro, também goza do privilégio de ser rico em fontes de energias renováveis, nomeadamente figurando entre as melhores regiões do mundo no aproveitamento da energia solar e a eólica. O potencial de ventos e a intensidade do sol fazem do estado um lugar privilegiado no quesito geração de energia alternativa, porém, sustentável, desde que, imerso num sistema de mudança energética rigorosamente planejada.

O Ceará está empenhado em desenvolver sua matriz energética, aproveitando a vasta disponibilidade de recursos naturais renováveis, como a luz solar e os ventos, para a produção de hidrogênio verde, bem como reconhece a importância do hidrogênio verde para seu desenvolvimento econômico sustentável. Uma perspectiva fundamentada na intensa incidência solar, com uma média anual de 2.500 horas de sol, que proporciona um recurso natural abundante para a geração de energia fotovoltaica, crucial na produção de hidrogênio verde via eletrólise. E, lembrando que o Ceará possui um enorme potencial eólico, com 94 GW de capacidade de geração em instalações terrestres (on shore). Somando-se a esses recursos naturais, uma rede de transmissão de energia está em expansão, facilitando o transporte do hidrogênio verde para os centros de consumo e confirmando que a infraestrutura do Ceará evolui para se tornar adequada para essa produção.

Pra finalmente explicitar a importância do hidrogênio verde como um impulsionador de grandes oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, outros aspectos que o Ceará oferece, desde suas fontes naturais de energias renováveis, principalmente eólica e solar, até a localização geográfica vantajosa do Complexo Industrial e Portuário do Pecém; os benefícios resultantes da ativa governança pública do Ceará, especialmente na parceria com Roterdã, assim como a Zona de Processamento de Exportação do Ceará, que é a primeira do Brasil e, há uma década, a única em operação no país. Também é relevante mencionar a implementação de uma central de interconexão, o hub de H2V, desenvolvido com base no conceito da tríplice hélice de desenvolvimento, que integra o setor público, o setor privado e a academia. A metodologia para alcançar o entendimento que o hidrogênio verde tem um papel crucial na transição energética global oferece uma alternativa sustentável aos combustíveis fósseis e é uma grande promessa econômica para o estado do Ceará. Os desafios não são negligenciáveis, como custos elevados de manutenção com a mão de obra diferenciada, altos salários etc. Para que essa tecnologia se torne uma realidade viável, é essencial um esforço conjunto entre governos, empresas e sociedade civil para investir em inovações tecnológicas e desenvolver políticas públicas eficazes. Futuros estudos devem focar na análise dos impactos econômicos regionais e na viabilidade das soluções de armazenamento e transporte do hidrogênio verde.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Unifor.

CENÁRIO MUNDIAL

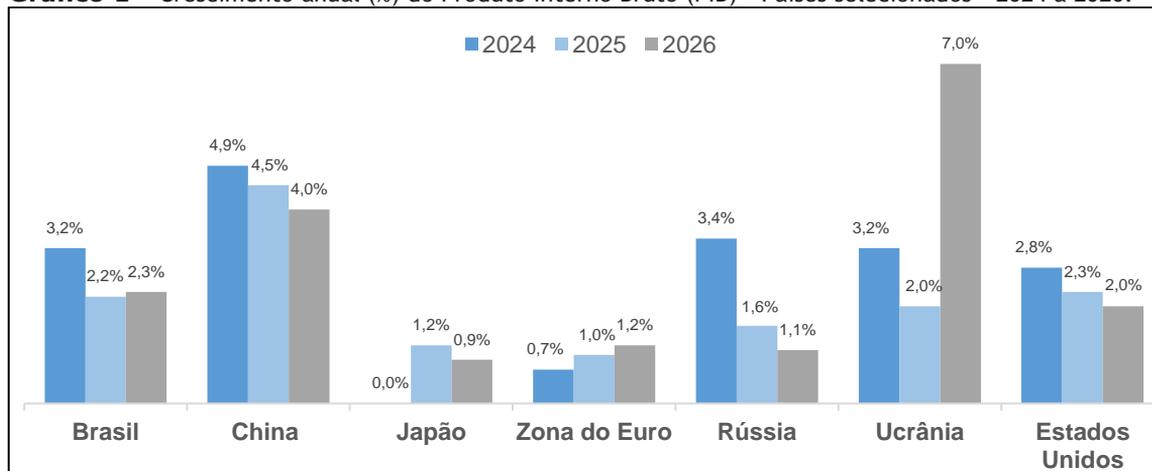
O cenário econômico global entre 2024 e 2026 é marcado por retomada desigual, tensões comerciais e desafios estruturais. Segundo o relatório *Global Economic Prospects* (Banco Mundial, jan/2025), observa-se uma trajetória de crescimento moderado, com destaque para países emergentes, que lideram a expansão do PIB, enquanto nações desenvolvidas, especialmente da Europa Ocidental, enfrentam recuperação mais lenta, pressionadas por custos elevados de energia, inflação persistente e incertezas geopolíticas.

A China mantém sua posição como locomotiva da economia mundial, com taxas de crescimento robustas, embora em leve desaceleração: 4,5% em 2025 e 4,0% em 2026. O desempenho chinês é sustentado pelo dinamismo interno, investimentos em inovação e infraestrutura, e pela estratégia de fortalecer cadeias produtivas domésticas. Apesar das tensões comerciais com os Estados Unidos, a China segue como referência global em transformação tecnológica e expansão industrial.

Os Estados Unidos demonstram resiliência econômica, com crescimento estimado de 2,3% em 2025 e 2,0% em 2026. O ritmo é sustentado pelo consumo interno e por avanços tecnológicos, embora haja impactos das políticas protecionistas adotadas pelo atual governo, que tem implementado tarifas sobre produtos estrangeiros para estimular a produção doméstica. Tais medidas, apesar de impulsionarem setores industriais internos, podem limitar a competitividade internacional do país e afetar o equilíbrio do comércio global.

O Japão iniciou 2024 com crescimento nulo (0%), reflexo da queda no consumo doméstico e dos efeitos da inflação sobre a renda das famílias. As projeções, no entanto, apontam para uma recuperação gradual, com crescimento de 1,2% em 2025 e 0,9% em 2026. Ainda assim, o país enfrenta riscos relacionados às tensões tarifárias globais, que podem afetar suas exportações.

Gráfico 1 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2024 a 2026.



Fonte: World Bank, *Global Economic Prospects* database - Atualizado em 16/01/2025.

A Zona do Euro registrou crescimento de 0,7% em 2024, com projeções abaixo de 1,5% ao ano até 2026, refletindo o cenário de baixo dinamismo econômico, custo elevado da energia e efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Na Rússia, o PIB cresceu 3,4% em 2024, mas as projeções apontam para desaceleração: 1,6% em 2025 e 1,1% em 2026. O impacto das sanções internacionais, a retirada de empresas estrangeiras e os altos gastos militares têm limitado o potencial de expansão da economia russa.

A Ucrânia, por sua vez, surpreendeu com crescimento de 3,2% em 2024, mesmo diante do prolongamento do conflito. A reconstrução econômica e o apoio internacional ajudaram a sustentar a atividade, mas a previsão é de desaceleração para 2,0% em 2025, com forte recuperação em 2026, quando se projeta crescimento de 7,0%, impulsionado pela reestruturação produtiva e reabertura de canais de exportação, especialmente no setor agrícola.

Neste contexto, o mundo caminha para uma recuperação econômica moderada e assimétrica até 2026. As perspectivas indicam que, enquanto países emergentes como China e Brasil mantêm protagonismo, economias desenvolvidas enfrentam obstáculos mais estruturais. As políticas

monetárias, a reorganização das cadeias globais de suprimento, o avanço das transformações tecnológicas e as tensões geopolíticas continuarão moldando os rumos da economia internacional. Diante desse cenário, a resiliência e a capacidade de adaptação serão elementos centrais para que cada país possa mitigar riscos, aproveitar janelas de oportunidade e sustentar seu desenvolvimento no médio e longo prazo.

CENÁRIO NACIONAL

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou crescimento de 3,4% em 2024, refletindo um desempenho positivo da economia ao longo do ano. A análise setorial revela dinâmicas distintas entre os principais setores produtivos.

O setor agropecuário apresentou desempenho negativo, com uma queda acumulada de 3,2% em relação a 2023. Esse resultado pode ser atribuído, principalmente, a fatores climáticos adversos que afetaram a produção em diversas regiões do país.

Em contrapartida, a indústria teve expansão de 3,3%, impulsionada por fatores como o aumento das tarifas de energia elétrica, especialmente nas residências, e pelas manutenções na bandeira tarifária verde, que influenciaram a demanda e os custos do setor. Esse desempenho também reflete a retomada de segmentos industriais estratégicos ao longo do ano.

O setor de serviços foi o principal destaque de 2024, com crescimento de 3,7%, o maior entre os três grandes setores da economia. Esse avanço foi sustentado pelo aumento nas atividades financeiras, de seguros e serviços correlatos, bem como pelo dinamismo do comércio e pela expansão do consumo das famílias, favorecido por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e pela melhora no mercado de trabalho.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 4º Trimestre de 2024.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGRO.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
4º Trimestre de 2024/ 3º Trimestre de 2024 (%) (Com ajuste Sazonal)	-2,3%	0,3%	0,1%	0,2%	0,4%	-1,0%	0,6%	-1,3%	-0,1%
4º Trimestre de 2024/ 4º Trimestre de 2023 (%)	-1,5%	2,5%	3,4%	3,6%	9,4%	3,7%	1,2%	-0,7%	16,0%
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-3,2%	3,3%	3,7%	3,4%	7,3%	4,8%	1,9%	2,9%	14,7%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-3,2%	3,3%	3,7%	3,4%	7,3%	4,8%	1,9%	2,9%	14,7%
Valores Correntes no 4º Trimestre de 2024 (R\$)	110,6 bilhões	638,6 bilhões	1,9 trilhões	3,1 trilhões	528,2 bilhões	2 trilhões	660,2 bilhões	561,9 bilhões	567,5 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 4º Trimestre de 2024 = 17,1%									
Taxa de Poupança (POUP/PIB) no 4º Trimestre de 2024 = 11,1%									

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

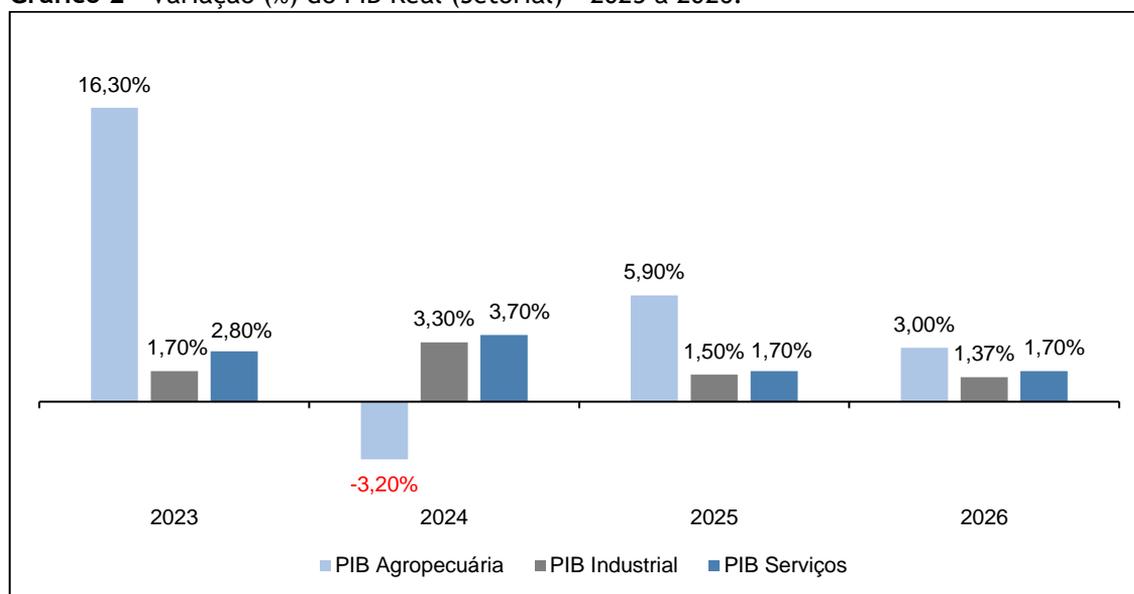
Na ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – indicador de investimento em infraestrutura e bens de capital – teve alta de 7,3% em comparação ao ano anterior, evidenciando a retomada dos investimentos produtivos. O consumo das famílias cresceu 4,8%, enquanto o consumo do governo teve alta de 1,9%, ambos impulsionados por políticas fiscais e pela recuperação do emprego.

As importações apresentaram forte crescimento, com alta de 14,7% em 2024, enquanto as exportações, embora em ritmo mais moderado, também cresceram 2,9%. Esse descompasso indica uma maior demanda interna por bens e insumos estrangeiros, sinalizando aquecimento da economia, mas também requer atenção quanto ao equilíbrio da balança comercial.

A taxa de investimento atingiu 17,1% do PIB, sinalizando expansão da capacidade produtiva nacional. Já a taxa de poupança ficou em 11,5%, sugerindo que consumidores e empresas reservaram uma parcela relevante de sua renda, possivelmente em resposta a incertezas ou em busca de maior segurança financeira.

Em síntese, 2024 foi um ano favorável para a economia brasileira, com crescimento robusto, retomada dos investimentos e fortalecimento do consumo interno. Apesar dos desafios enfrentados por alguns setores, o desempenho geral foi positivo, consolidando as bases para um crescimento mais sustentável nos próximos anos.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2023 a 2026.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Entre 2023 e 2026, a economia brasileira revela um cenário de crescimento com dinâmicas setoriais distintas, influenciadas por fatores internos e externos, como condições climáticas, políticas monetárias, demanda internacional e reformas estruturais. A análise da variação do Produto Interno Bruto (PIB) nos três grandes setores da economia – agropecuária, indústria e serviços – permite compreender melhor os caminhos recentes da atividade econômica e suas perspectivas.

O setor agropecuário apresentou forte volatilidade no período analisado. Em 2023, foi o grande destaque da economia, com crescimento excepcional de 16,3%, impulsionado por condições climáticas extremamente favoráveis, aumento da área plantada e da produtividade, com uso intensivo de tecnologias agrícolas, alta demanda internacional por commodities, especialmente da China. Culturas como soja, milho e cana-de-açúcar foram beneficiadas por esse ambiente, e a ausência de eventos climáticos extremos contribuiu para uma safra recorde. Em 2024, o cenário se inverteu: o setor registrou queda de 3,2%, resultado de condições climáticas adversas, associadas a fenômenos como El Niño, além de uma base de comparação elevada. A queda nos preços internacionais das commodities reduziu a rentabilidade, impactando negativamente a produção. As projeções para os anos seguintes indicam recuperação gradual, com crescimento estimado de 5,9% em 2025 e 3,0% em 2026, favorecido por uma possível normalização climática, adaptação tecnológica dos produtores e manutenção da demanda global estável.

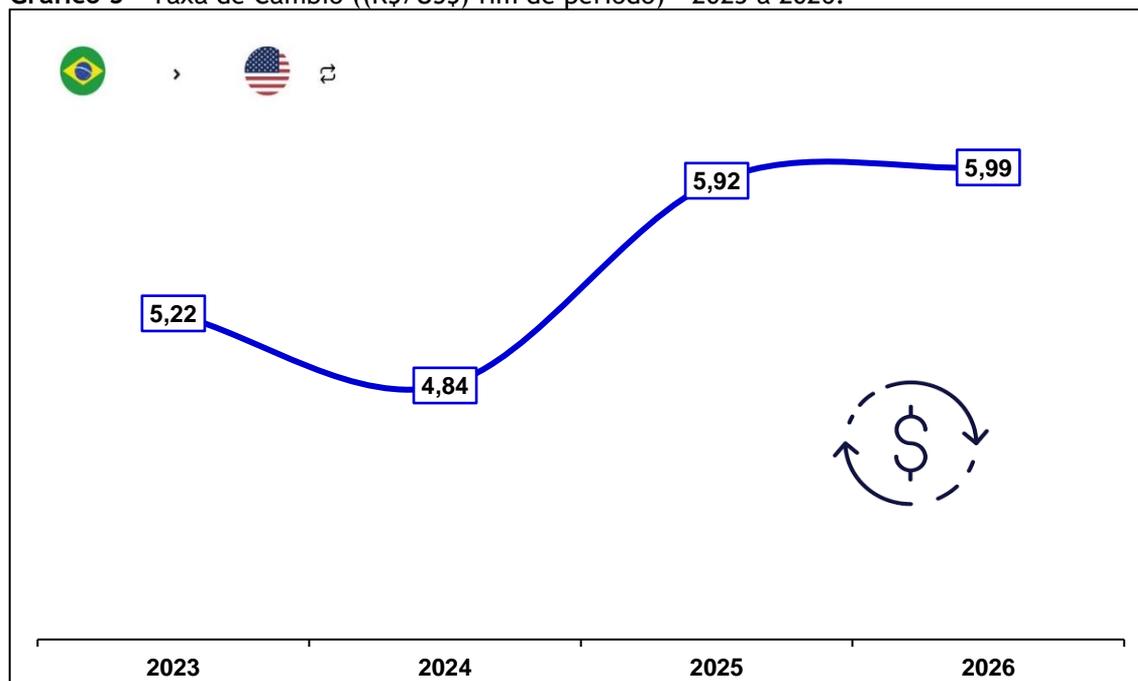
O setor industrial teve crescimento modesto em 2023, de 1,7%, afetado por fatores

como: alta taxa de juros (Selic), que restringiu o crédito; câmbio desfavorável; altos custos de energia e insumos. Em 2024, a indústria acelerou, alcançando um crescimento de 3,3%, impulsionada pela redução da Selic iniciada em meados de 2023 e pela melhora das condições de crédito. Além disso, a recuperação das cadeias globais de suprimento e o estímulo à produção doméstica favoreceram a expansão industrial. As projeções para 2025 e 2026 são mais contidas, com taxas de crescimento estimadas em 1,50% e 1,37%, respectivamente. O desempenho reflete a estabilização da demanda interna e a permanência de desafios estruturais, como o chamado “custo Brasil”, infraestrutura deficiente e elevada carga tributária.

O setor de serviços, que responde pela maior parcela do PIB brasileiro, apresentou crescimento consistente ao longo do período. Em 2023, avançou 2,8%, impulsionado pela retomada da atividade econômica pós-pandemia, aumento do emprego formal e maior consumo interno. Em 2024, o setor teve desempenho ainda mais robusto, com crescimento de 3,7%, sustentado por expansão dos serviços digitais e financeiros; melhora no mercado de trabalho; programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que ampliaram o poder de compra das famílias. As projeções para 2025 e 2026 indicam desaceleração suave, com crescimento previsto de 1,7% em ambos os anos. O cenário sugere uma normalização do ritmo de crescimento, acompanhando a maturação da recuperação econômica após o período pandêmico.

A análise do período de 2023 a 2026 revela a volatilidade do setor agropecuário, fortemente influenciado por fatores climáticos e pelo mercado externo. Em contraste, o setor de serviços demonstra maior estabilidade, sustentado pelo consumo interno. Já a indústria segue em trajetória de recuperação, mas ainda enfrenta obstáculos estruturais à sua competitividade.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2023 a 2026.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Entre 2023 e 2026, a taxa de câmbio brasileira refletiu a influência de diversos fatores internos e externos, como política monetária, cenário fiscal, fluxo de capitais e instabilidades geopolíticas. O comportamento do real frente ao dólar apresentou oscilações relevantes, evidenciando a sensibilidade da moeda nacional às condições macroeconômicas globais e domésticas.

Em 2023, o mercado cambial foi marcado por forte volatilidade, com o dólar encerrando

o ano cotado a R\$5,22. Esse movimento foi impulsionado por mudanças na política monetária global, sobretudo nos Estados Unidos, onde o aumento das taxas de juros para conter a inflação fortaleceu o dólar e reduziu o fluxo de capitais para economias emergentes como o Brasil. A esse cenário somaram-se incertezas fiscais internas e oscilações nos preços das commodities, que pressionaram o câmbio. Ainda assim, intervenções pontuais do Banco Central contribuíram para reduzir a instabilidade no segundo semestre do ano.

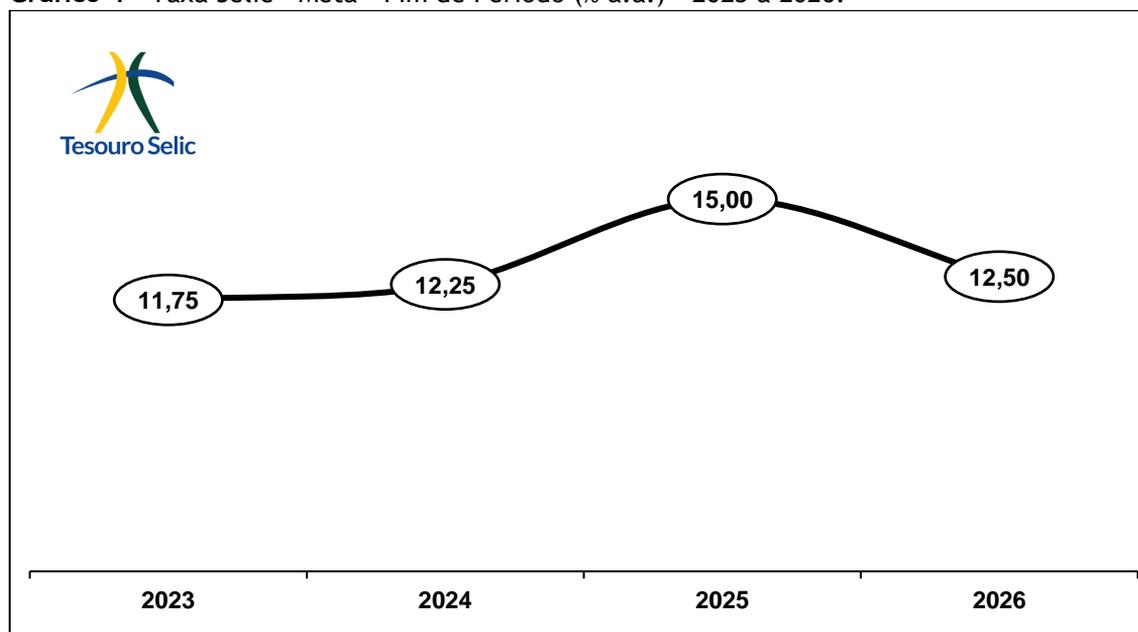
Já em 2024, houve uma valorização do real, e a taxa de câmbio recuou para R\$4,84 ao fim do período. Essa apreciação da moeda brasileira pode ser atribuída ao crescimento econômico de 3,4%, ao controle da inflação, à redução gradual da taxa Selic e a uma maior estabilidade nos mercados financeiros. A diferença entre os juros praticados no Brasil e nos Estados Unidos continuou a influenciar o comportamento do câmbio, ao lado das tensões comerciais globais, que afetaram a volatilidade do dólar em nível internacional.

Para 2025, no entanto, as projeções apontam uma reversão dessa tendência, com expectativa de desvalorização do real. A taxa de câmbio é estimada em R\$5,92, refletindo uma combinação de fatores adversos. A desaceleração da economia brasileira aumenta a percepção de risco por parte dos investidores, ao mesmo tempo em que o agravamento do déficit fiscal pressiona a necessidade de financiamento externo. Além disso, o possível aumento dos juros nos Estados Unidos tende a reforçar a valorização do dólar frente a moedas de países emergentes, o que reduz a atratividade do real. A saída líquida de recursos financeiros do Brasil, especialmente no mercado de ações, também contribui para a depreciação da moeda.

Em 2026, as projeções indicam uma continuidade dessa tendência, embora de forma mais moderada. A taxa de câmbio prevista é de R\$5,99, sugerindo certa estabilização do real em um novo patamar mais elevado. O comportamento da moeda brasileira nos próximos anos dependerá da condução das políticas monetária e fiscal, da confiança dos investidores no equilíbrio das contas públicas e das condições do mercado internacional. A adoção de medidas que promovam previsibilidade, responsabilidade fiscal e estabilidade institucional será fundamental para conter a volatilidade cambial e garantir um ambiente econômico mais estável.

O cenário até 2026 mostra que o câmbio continuará sendo um termômetro sensível das expectativas econômicas. Em um contexto global incerto e de desafios domésticos persistentes, preservar a confiança do mercado será essencial para mitigar pressões sobre o real e contribuir para a competitividade e sustentabilidade do crescimento econômico brasileiro.

Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2023 a 2026.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A taxa Selic, principal instrumento da política monetária brasileira, tem desempenhado um papel central no equilíbrio entre o controle da inflação, a estabilidade cambial e a dinâmica dos investimentos. O comportamento da taxa de juros reflete os desafios enfrentados pela economia nacional, tanto no cenário interno quanto externo.

Em 2023, a Selic foi mantida em 11,75% ao ano, em uma tentativa do Comitê de Política Monetária (Copom) de equilibrar o combate à inflação com a necessidade de não comprometer o crescimento econômico. A decisão também levou em conta o impacto da valorização do dólar e a alta dos preços das commodities, que pressionaram os índices de preços ao consumidor. Já em 2024, diante do aquecimento da economia e do avanço dos preços de bens primários, o Banco Central optou por elevar a Selic para 12,25%, como forma de evitar o desvio da inflação em relação à meta estabelecida. Essa decisão também refletiu o ambiente externo, marcado por uma política monetária restritiva nos Estados Unidos, que ampliou a pressão sobre os mercados emergentes, incluindo o Brasil.

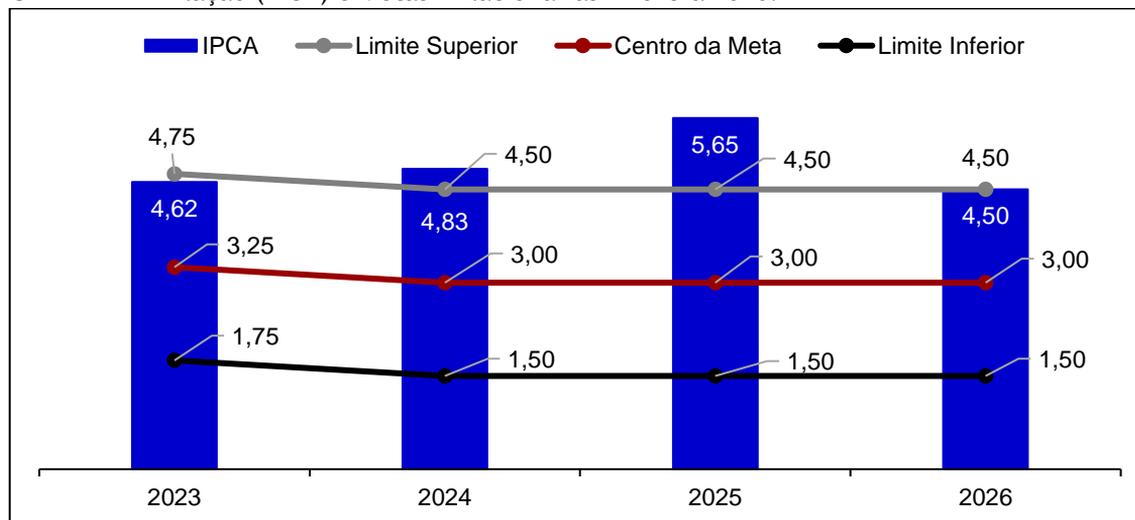
As projeções para 2025 indicam uma alta mais acentuada da Selic, podendo atingir 15,00%, diante do aumento do déficit fiscal e da elevação da dívida pública. Essa perspectiva mais conservadora visa ancorar as expectativas inflacionárias, mas acende um alerta entre os setores produtivos, que temem os impactos do encarecimento do crédito sobre os investimentos e o crescimento econômico. A elevação da Selic também responde à necessidade de manter a atratividade dos ativos brasileiros frente à deterioração do cenário fiscal e ao aumento da percepção de risco.

Para 2026, espera-se uma redução da taxa para 12,50% ou 12,75%, sinalizando confiança na convergência da inflação à meta oficial, atualmente em 3%. Essa possível flexibilização dependerá da evolução do cenário fiscal e da retomada da credibilidade nas contas públicas, além de um ambiente internacional mais favorável.

Além de seu papel no combate à inflação, a Selic influencia diretamente o comportamento dos investimentos e o consumo das famílias. Taxas elevadas tendem a restringir o acesso ao crédito e a desestimular novos projetos empresariais, enquanto taxas mais baixas favorecem a expansão da atividade econômica. No entanto, qualquer afrouxamento monetário exige cautela, especialmente em um contexto de fragilidade fiscal e incertezas políticas, que podem gerar instabilidade cambial e afugentar o capital externo.

A manutenção da Selic em patamares elevados reflete o esforço do Banco Central em manter a estabilidade macroeconômica e preservar a credibilidade da política monetária. Entretanto, esse esforço deve ser complementado por uma política fiscal responsável, que reduza incertezas e fortaleça a confiança dos agentes econômicos. O equilíbrio entre as políticas monetária e fiscal será determinante para garantir a estabilidade de preços, a solidez cambial e o crescimento sustentável da economia brasileira nos próximos anos.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2023 a 2026.



Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

O principal indicador utilizado para medir o nível de preços no Brasil é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. Esse índice reflete a variação dos preços de uma cesta de consumo representativa de famílias com renda de 1 a 40 salários-mínimos, em 16 regiões metropolitanas do país.

A inflação segue sendo um dos principais desafios da economia brasileira nos últimos anos, afetando diretamente o poder de compra das famílias, a confiança dos agentes econômicos e a condução da política monetária.

A meta de inflação, estabelecida anualmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) – formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, além do presidente do Banco Central – tem como objetivo central o controle da estabilidade de preços. A meta é definida com um centro e uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Em 2023, o centro da meta foi de 3,25%, e para 2024, 2025 e 2026, passou a ser de 3,00%.

Em 2023, o IPCA registrou alta de 4,62%, superando o centro da meta, mas ainda dentro do intervalo de tolerância. Já em 2024, a inflação atingiu 4,83%, ultrapassando inclusive o teto da meta, configurando o terceiro descumprimento em quatro anos. Essa persistência inflacionária foi provocada por uma combinação de fatores, entre eles a depreciação cambial, motivada pela falta de confiança na sustentabilidade das metas fiscais do governo, além de um ritmo mais forte da atividade econômica e uma expectativa de inflação desancorada. Questões climáticas, como secas e enchentes em importantes regiões produtoras, também contribuíram para pressões sobre os preços, principalmente no setor de alimentos. Soma-se a isso a inércia inflacionária vinda do ano anterior, que dificultou ainda mais o controle dos preços.

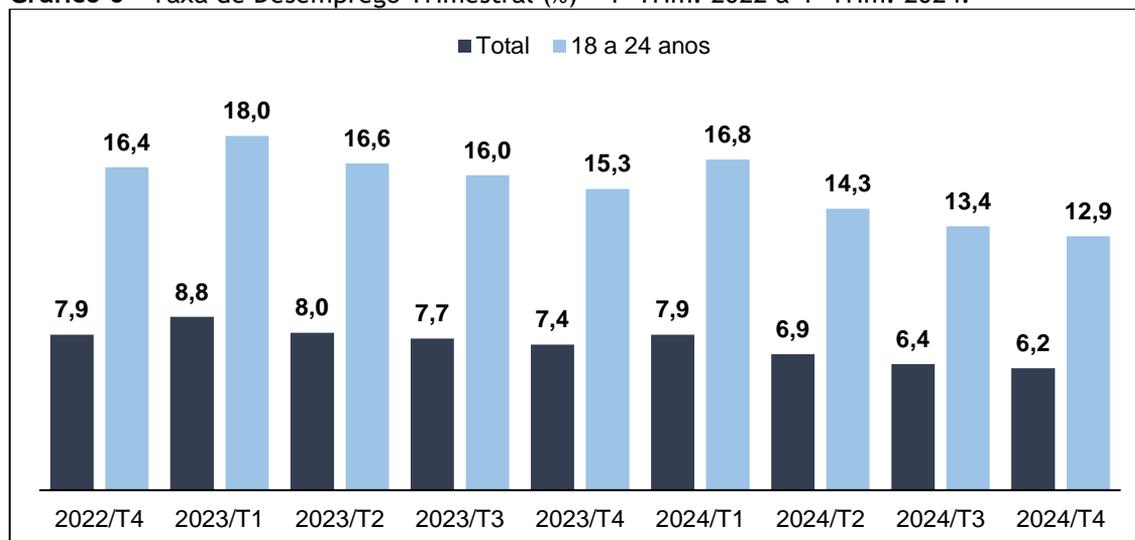
No início de 2025, o cenário inflacionário se mostrou ainda mais preocupante. O IPCA de fevereiro registrou uma alta de 1,31%, o maior avanço para o mês em 22 anos. No acumulado do ano até então, o índice chegou a 1,47%, com destaque para as altas nos grupos de alimentação e bebidas (1,67%), transportes (1,92%) e educação (4,97%). O aumento expressivo desses itens reflete não apenas pressões de custo, mas também efeitos sazonais e choques pontuais.

As expectativas de inflação, que vinham relativamente ancoradas até o fim de 2024, passaram por uma mudança abrupta. Segundo o Boletim Focus do Banco Central, em 1º de novembro de 2024, a projeção para 2025 era de 4,03%, e para 2026, de 3,61%. Já na edição de 28 de março de 2025, as estimativas saltaram para 5,65% e 4,50%, respectivamente. Esse movimento foi impulsionado, em parte, pela desvalorização intensa do real no final de 2024, após o anúncio do governo de isenção de Imposto de Renda para pessoas com rendimento de até R\$5 mil, sem apresentação de medidas compensatórias claras. A incerteza fiscal gerada por esse tipo de política elevou a percepção de risco e impactou diretamente o câmbio, aumentando as pressões inflacionárias.

Em resposta a esse cenário, o Banco Central tem elevado gradualmente a taxa Selic com o objetivo de conter o avanço da inflação, recuperar a credibilidade da política monetária e reancorar as expectativas do mercado. A elevação dos juros busca reduzir a demanda agregada, desacelerar o ritmo de crescimento da economia e, conseqüentemente, aliviar a pressão sobre os preços.

A inflação no Brasil, portanto, tem sido impactada por uma interação complexa entre fatores internos e externos. O comportamento dos preços administrados, a volatilidade cambial, o aquecimento do mercado de trabalho e o desequilíbrio fiscal tornam a tarefa do Banco Central ainda mais desafiadora. Embora exista a perspectiva de desaceleração gradual da inflação a partir de 2026, com o IPCA projetado em 4,50%, esse valor ainda permanece acima do centro da meta.

Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 4º Trim. 2022 a 4º Trim. 2024.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

A taxa de desemprego no Brasil apresentou uma trajetória de queda contínua entre 2023 e 2024, refletindo uma recuperação progressiva do mercado de trabalho. No entanto, as perspectivas para 2025 geram preocupação, especialmente diante do contexto de política monetária restritiva, inflação persistente e desaquecimento da atividade econômica.

No primeiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego total era de 8,8%, enquanto entre os jovens de 18 a 24 anos chegava a 18,0%, conforme dados da PNAD Contínua, que segue os padrões metodológicos da OIT. Ao longo do ano, observou-se uma redução progressiva: no segundo trimestre, as taxas caíram para 8,0% (total) e 16,6% (jovens); no terceiro trimestre, recuaram para 7,7% e 16,0%, respectivamente; e, no quarto trimestre de 2023, alcançaram 7,4% (total) e 15,3% (jovens).

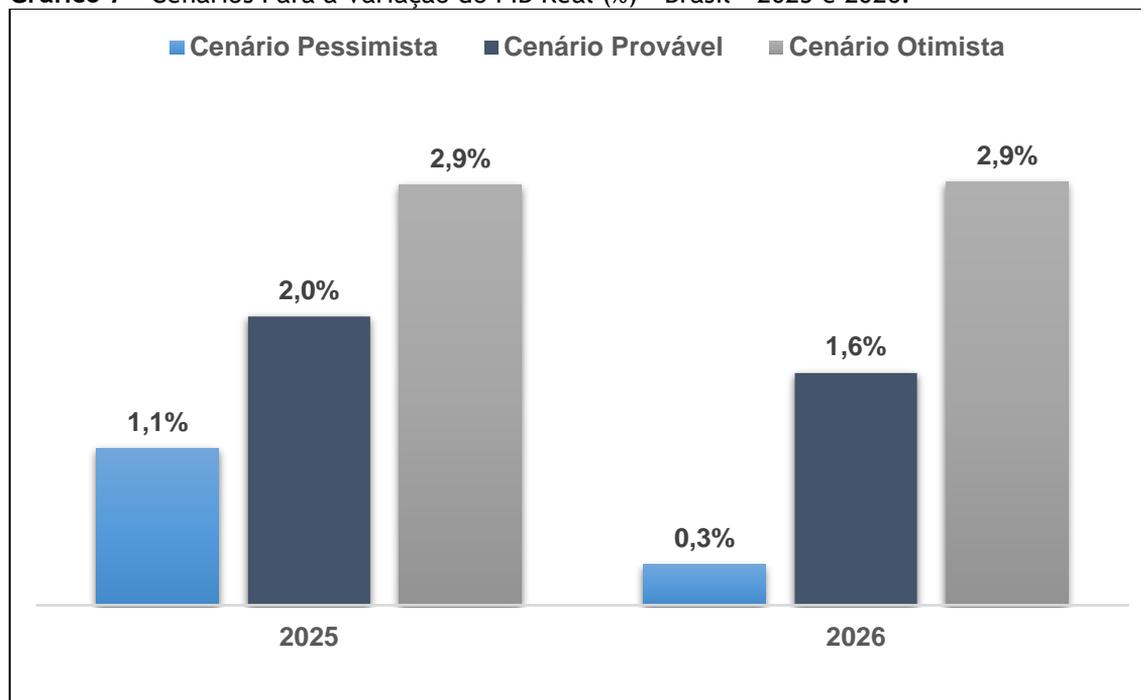
A tendência de melhora se manteve em 2024, apesar de alguma oscilação no início do ano. No primeiro trimestre, o desemprego total foi de 7,9% e 16,8% entre os jovens. Já no segundo trimestre, a taxa geral caiu para 6,9% e, entre os jovens, para 14,3%. No terceiro trimestre, os números recuaram ainda mais, atingindo 6,4% (total) e 13,4% (jovens). Por fim, no quarto trimestre de 2024, o desemprego atingiu o menor patamar do período: 6,2% na média geral e 12,9% entre os jovens.

Essa melhora gradual no mercado de trabalho foi influenciada por diversos fatores, como o avanço da atividade econômica em 2023, políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e uma recuperação parcial do setor de serviços. Contudo, a taxa de desemprego entre jovens permanece elevada em relação à média nacional, evidenciando desafios estruturais de inserção dessa faixa etária no mercado formal de trabalho.

Para 2025, o cenário é mais incerto. A alta da taxa Selic, que alcança 14,25% ao ano — o maior patamar desde 2016 —, inflação elevada e agravamento do ambiente fiscal, tende a comprometer o ritmo de recuperação do emprego. A elevação dos juros encarece o crédito, desestimula o consumo e os investimentos privados, restringindo a expansão das empresas e reduzindo a criação de novos postos de trabalho.

A situação se agrava à medida que a alta dos custos financeiros leva empresas a reduzir suas operações ou até mesmo a solicitar recuperação judicial, com impactos diretos sobre a força de trabalho. O enfraquecimento da demanda interna e a incerteza quanto ao crescimento econômico sustentado ampliam o risco de estagnação do mercado de trabalho.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2025 e 2026.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

O PIB brasileiro no ano de 2024 foi impactado pela alta da taxa SELIC, onde o nível da taxa de juros SELIC atual de 14,25% ainda é um limitador para os aumentos do consumo das famílias e dos investimentos das empresas. Apesar do Comitê de Mercado Aberto do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, manter os juros básicos da economia do país em uma banda entre 4,25% e 4,5%, sendo um nível menor do que o verificado no ano de 2024, tanto a economia americana quanto maioria dos países desenvolvidos ainda estão convivendo com um ambiente de juros elevados, a partir de uma política monetária restritiva para controle inflacionário, gerando uma desaceleração do crescimento da economia mundial e aumentando as incertezas nas decisões de investimentos externos no Brasil. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro mais aquecido em 2024 vem estimulando o consumo das famílias a partir do aumento da massa salarial e do controle inflacionário mantido pelo Banco Central.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2025 e 2026, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 2,0% e 1,6%, respectivamente para os anos de 2025 e 2026. No cenário pessimista espera-se crescimento de 1,1%, para 2025 e 0,3% para 2026, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 2,9% tanto em 2025 quanto em 2026.

CENÁRIO LOCAL

O estado do Ceará apresentou desempenho econômico expressivo em 2024, com crescimento de 6,49% do Produto Interno Bruto (PIB), desempenho superior à média nacional, que foi de 3,4% no mesmo período. No quarto trimestre, o valor adicionado à economia cearense teve uma expansão de 5,99% em relação ao mesmo período do ano anterior, consolidando a tendência de alta e o fortalecimento das atividades produtivas no estado.

O setor agropecuário foi um dos grandes destaques do ano, com crescimento de 25,16% em 2024 na comparação com 2023. No quarto trimestre, o avanço foi de 24,80%, evidenciando o bom desempenho ao longo de todo o ano. O resultado positivo foi impulsionado por um regime de chuvas favorável, que contribuiu para o aumento da produtividade nas culturas de sequeiro.

A colheita de milho, feijão e mandioca teve papel central nesse crescimento. Além disso, a fruticultura teve desempenho relevante, com destaque para a castanha de caju, cuja produção cresceu 61,10% no trimestre, passando de 63.258 toneladas em 2023 para 101.928 toneladas em 2024. Esse aumento está associado às melhorias nas práticas de poda do cajueiro comum e ao plantio de novos cajueiros.

Outras frutas também registraram crescimento significativo: banana (16,5%), coco-da-baía (13,4%), acerola (24,3%) e goiaba (27,4%). O aumento de 11,07% na produção de milho também favoreceu a pecuária, especialmente nas atividades de criação de galináceos e produção de ovos, que apresentaram crescimentos de 7,24% e 4,09%, respectivamente. Com isso, pode-se afirmar que a pecuária cearense também teve desempenho positivo nas estimativas do último trimestre de 2024.

O setor industrial manteve um bom ritmo de expansão, com crescimento de 9,86% no quarto trimestre e 10,65% no acumulado do ano, alcançando o melhor desempenho anual da série histórica recente. O setor da construção civil teve papel de destaque, com crescimento de 10,97% em 2024 frente a 2023, impulsionado por investimentos públicos e privados e mantendo o dinamismo observado desde 2021. As atividades de confecção, calçados e têxtil também apresentaram crescimento robusto, com variações de 18,30%, 20,10% e 29,30%, respectivamente. O segmento de metalurgia e produtos metálicos também teve expansão expressiva, contribuindo para o fortalecimento do setor.

Já o setor de serviços, que representa a maior parcela da economia do estado, cresceu 4,28% no acumulado de 2024, até o mês de dezembro. O desempenho positivo foi puxado por segmentos como: serviços prestados às famílias e associativos, com alta de 9,39%; comércio e serviços de manutenção e reparação de automotores, com 7,65%; transporte, armazenagem e correios, com 5,19%; serviços financeiros, com 4,28%; e serviços de alojamento e alimentação, com crescimento de 3,89%. A atividade de administração pública teve expansão de 1,96%, desempenho considerado positivo, dado o seu peso significativo na estrutura econômica estadual: o setor representa cerca de 24% da economia cearense e responde por 31% da produção do setor de serviços.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 4º Trim. 2023 a 4º Trim. 2024 (*).

Setores e Atividades	4º Trim. 2023 (**)	Ano de 2023 (**)	1º Trim. 2024 (**)	2º Trim. 2024 (**)	3º Trim. 2024 (**)	4º Trim. 2024 (**)	Ano de 2024 (**)
Agropecuária	8,23	2,35	15,73	36,14	22,05	24,80	25,16
Indústria	9,23	-0,97	12,24	8,23	12,25	9,86	10,65
Serviços	6,49	4,29	3,87	4,85	4,58	3,84	4,28
Valor Adicionado (VA)	7,18	3,18	5,89	7,27	7,42	6,20	6,71
PIB	7,11	3,26	5,72	7,04	7,17	5,99	6,49

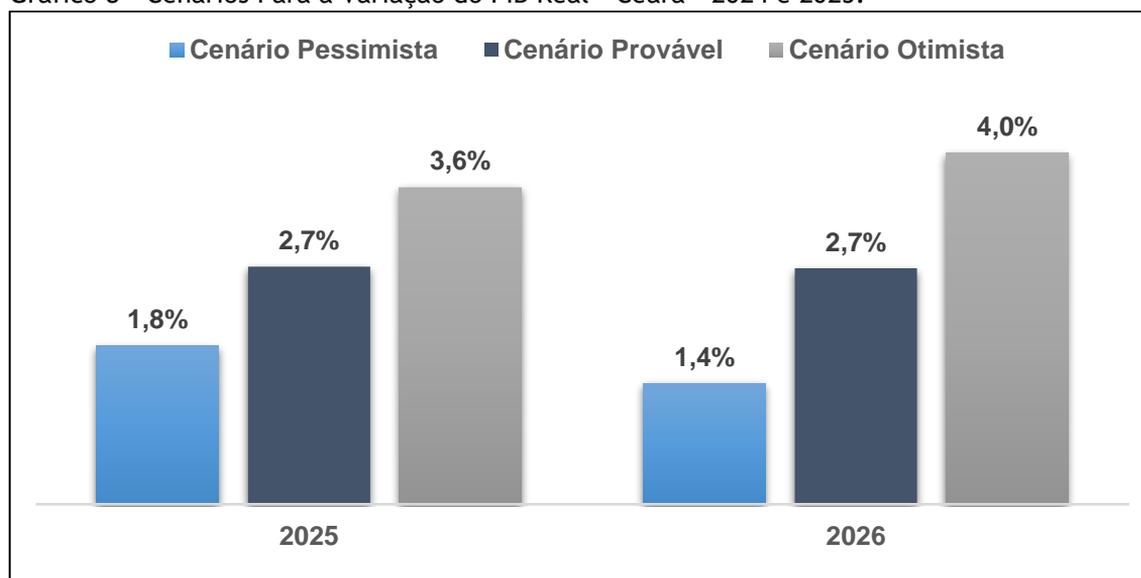
Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2025 e 2026, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimento de 2,7% para os anos de 2025 e 2026. Já no cenário pessimista espera-se crescimentos de 1,8%, para 2025, e de 1,4% para 2026, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 3,6% em 2025 e 4,9% em 2026.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real - Ceará - 2024 e 2025.



Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

Autores:

Alvaro Gustavo Pinheiro Diogenes
 Caio Vinicius de Oliveira E Silva
 Cauê Araújo Neira
 Francisco Wilton Silva de Araújo
 Guilherme Vieira de Santana Mota
 Gustavo Lopes Brasil da Silveira
 Hugo Pereira Neto
 Isaías Willame da Silva Marreiro
 Lucas Maciel Do Nascimento
 Lucas Rodrigues Sousa da Silva
 Luís Artur Costa Vale
 Maria Consuelo Silva de Sousa
 Maria de Fátima de Sousa Carvalho
 Orleandro Damasceno Buson Filho
 Pedro Alex Braga da Costa
 Rafael Pérez de Freitas Filho
 Raul Freire Belmino da Costa
 Sânia da Silva Costa
 Tamires Pimentel Torres
 Alexandra Carla Elias Oliveira
 Antonio Genilson Pereira Lopes
 Antônio Ademar Vidal Martins
 Daniel Alves De Almeida
 Erinaide Leitao Da Cruz
 Gabriel Allexandre Flores Schmid
 Glaubert Alencar Giffony
 Guilherme Miranda Soares
 Kaio Correia Bezerra
 Ravick Araujo Marques
 Roger Cauã Arrais Silva
 Samuel Alesxandro Apolinario Xavier

